

FRANCESCO TESAURO

Professor de Direito Tributário da Università degli Studi di Milano-Bicocca

INSTITUIÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Tradutores:
Fernando Aurelio Zilveti
Laura Fiore Ferreira



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

São Paulo - 2017

© 2011 Wolters Kluwer Italia S.r.l.
Strada I, Palazzo F6 – 20090 Milanofiori Assago (MI)

Todos os direitos desta edição reservados



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 290 – 9º andar – cj. 97
CEP 01318-902 – São Paulo – SP – Fone/Fax: (11) 3105-8206
e-mail: ibdt@ibdt.org.br *site:* www.ibdt.org.br

Diretoria

Presidente: Ricardo Mariz de Oliveira
Vice-Presidente: Luís Eduardo Schoueri
Diretor-Tesoureiro: Salvador Cândido Brandão
Diretor-Secretário: Fernando Aurelio Zilveti
Diretores Executivos: Gerd W. Rothmann e João Francisco Bianco

Conselho Deliberativo

Argos Magno de Paula Gregorio, Bruno Fajersztajn, Humberto Bergmann Ávila,
Luís Flávio Neto, Maria Teresa Martínez López, Roberto Catalano Botelho Ferraz,
Roberto França de Vasconcellos, Rodrigo Maito da Silveira e Sergio André Rocha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

TESAURO, Francesco

T32i Instituições de Direito Tributário. / Francesco Tesauro; tradução de Fernando Aurelio Zilveti e Laura Fiore Ferreira; prefácio de Luis Eduardo Schoueri e Pasquale Pistone. -- São Paulo, SP : IBDT, 2017.

400 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-93713-01-9

1. Direito tributário 2. Imposto 3. Direito Penal
4. Princípio Constitucional
I. Francesco Tesauro II. Fernando Aurelio Zilveti
III. Laura Fiore Ferreira IV. Luis Eduardo Schoueri
V. Pasquale Pistone VI. IBDT VII. Título.

DORIS 341.39

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito Tributário : Imposto 341.39

Revisão: Sabrina Dupim Moriki
Edição: Nelson Mitsuhashi
Impressão e Acabamento: Edições Loyola

ÍNDICE

Prefácio.....	13
---------------	----

PRIMEIRA PARTE: NOÇÕES GERAIS

Capítulo Um: **Os Institutos**

1. A noção de tributo.....	19
2. Impostos, taxas, contribuições	21
3. A noção em uso pela jurisprudência	24
4. O direito tributário e a sua divisão interna	26

Capítulo Dois: **As Fontes**

1. A reserva de lei	29
2. As leis tributárias do Estado	32
2.1. O Estatuto de direito do contribuinte	33
2.2. Os decretos-lei.....	34
2.3. Os decretos legislativos	35
2.4. Os textos únicos.....	36
3. Os regulamentos estatais.....	36
4. A divisão de competência legislativa entre Estado e regiões	39
4.1. A atuação do assim considerado federalismo fiscal	41
5. Os regulamentos das regiões, das províncias e das comunas	43
6. As convenções internacionais.....	43
7. As fontes da União Europeia.....	44
8. Eficácia das normas tributárias no tempo.....	47
9. Eficácia da norma tributária no espaço	50

Capítulo Três: **Interpretação e Integração**

1. Peculiaridades das leis tributárias	53
2. A interpretação das leis tributárias	55

3.	A interpretação literal	56
3.1.	A interpretação lógico-sistemática	61
3.2.	A interpretação antielisiva.....	62
4.	A interpretação de adequação.....	63
5.	As leis interpretativas	65
6.	Os testes interpretativos e as circulares	68
7.	As normas de referência.....	70
8.	A analogia.....	70

Capítulo Quatro: **Os Princípios**

Primeira Seção: Princípios Constitucionais

1.	O dever de contribuir para os gastos públicos.....	75
2.	O princípio da capacidade contributiva: vínculo e garantia.....	76
2.1.	Noção de capacidade contributiva	77
2.2.	Indicadores diretos e indiretos de capacidade contributiva	79
3.	A capacidade contributiva como limite quantitativo.....	79
4.	O requisito da efetividade. Taxa fixa e princípio nominalista.....	80
4.1.	O requisito de atualidade. Tributos retroativos e pagamentos antecipados	81
5.	Capacidade contributiva e restituição do pagamento indevido ...	83
6.	Capacidade contributiva e normas formais	83
7.	Capacidade contributiva e obrigações de terceiros.....	84
8.	Capacidade contributiva e tributos “comutativos”.....	84
9.	Capacidade contributiva, igualdade e razoabilidade.....	86
9.1.	Princípio da igualdade e incentivos fiscais.....	88
10.	Tutela do interesse fiscal e direitos invioláveis.....	89
11.	A progressividade.....	91
12.	Tratados internacionais e CEDH	91

Segunda Seção: Princípios da UE

13.	As normas fiscais do TFUE. Integração negativa e positiva	93
14.	O princípio da não discriminação.....	95
15.	As liberdades fundamentais. A livre circulação de mercadorias ...	96
15.1.	A livre circulação de pessoas. Os trabalhadores.....	96
15.2.	As empresas.....	98
15.3.	A livre circulação de serviços.....	99
15.4.	A livre circulação do capital	100
16.	Exceções e causas de justificativa	101
17.	A proibição de “auxílio do Estado”	102

SEGUNDA PARTE: ESTRUTURA DO IMPOSTO**Capítulo Cinco: A Obrigação Tributária**

1.	Tipologia das normas tributárias.....	107
2.	A disciplina da obrigação tributária.....	109
2.1.	A indisponibilidade da obrigação tributária.....	110
3.	O pressuposto.....	111
3.1.	Impostos diretos e indiretos; reais e pessoais.....	112
3.2.	Impostos instantâneos e periódicos.....	112
4.	Os fatos geradores. Os regimes fiscais substitutivos.....	114
5.	Fatos geradores equiparados (ou assimilados) e suplementares...	115
6.	Sobrepostos e adicionais.....	117
7.	Fatos geradores alternativos e condicionais.....	117
8.	A medida do imposto. A base tributária.....	120
9.	A taxa.....	121
10.	As normas favoráveis.....	122
11.	Os créditos tributários.....	125

Capítulo Seis: Os Sujeitos Passivos

1.	Contribuinte e domicílio fiscal.....	129
2.	A subjetividade tributária.....	130
3.	A solidariedade tributária.....	130
3.1.	A solidariedade tributária paritária.....	131
3.2.	A solidariedade dependente e o “responsável tributário”.....	132
4.	As relações internas entre codevedores.....	135
5.	A substituição tributária e as retenções.....	135
5.1.	As retenções a título tributário.....	137
5.2.	As retenções a título de pagamento antecipado.....	139
6.	Transferência e compensação.....	142
7.	Os pactos de delegação do imposto.....	144
8.	A sucessão na dívida tributária.....	146

TERCEIRA PARTE: DINÂMICA DO IMPOSTO**Capítulo Sete: A Declaração**

1.	O esquema padrão de implementação dos tributos.....	151
2.	As escrituras contábeis.....	152
3.	A declaração tributária em geral.....	156
3.1.	A declaração de renda. Os sujeitos obrigados.....	156

3.2.	Os conteúdos da declaração de renda	157
3.3.	Requisitos formais e apresentação	159
3.4.	A declaração dos substitutos.....	161
3.5.	Fatos geradores específicos.....	161
4.	Natureza jurídica da declaração. Conteúdos narrativos e opções	163
4.1.	Os efeitos das declarações de rendas	164
5.	A declaração integrativa (chamada <i>ravvedimento operoso</i>).....	166
5.1.	A declaração em diminuição	167
6.	A declaração nula, incompleta e inexata	169
7.	A declaração no Iva e no imposto de registro.....	170

Capítulo Oito: A Atividade Administrativa

1.	As agências	173
2.	Procedimento justo e procedimentos tributários	174
3.	O contraditório	176
3.1.	Colaboração e boa-fé	178
3.2.	Legítima expectativa	180
4.	Interpelação ordinária	181
4.1.	Interpelações especiais.....	183
5.	A autotutela	183
6.	O <i>Garante</i> do contribuinte.....	186

Capítulo Nove: A Instrução

1.	A instrução e o sistema de informação.....	187
2.	A liquidação em formato eletrônico.....	188
2.1.	O controle formal das declarações.....	190
3.	Convites e solicitações	191
3.1.	Acesso, inspeção e verificação	192
3.2.	Averiguações bancárias	195
4.	As obrigações de colaboração do contribuinte	198
5.	Colaboração dos municípios	198
6.	Troca de informações com outras Administrações Financeiras	199
7.	Relações entre instrução administrativa e processo penal.....	199
8.	Definições consensuais mediante adesão.....	201

Capítulo Dez: O Aviso de Lançamento

Primeira Seção: Disciplina Geral

1.	Natureza jurídica.....	203
2.	Conteúdo.....	204

3.	Notificação e decadência.....	208
4.	A proibição da bitributação.....	211
5.	Os efeitos sobre a obrigação tributária	212
5.1.	Os efeitos executivos	215
6.	Os vícios e as invalidades	216
7.	Definições consensuais do aviso de lançamento	219

Segunda Seção: Tipologia

8.	O lançamento analítico da renda total das pessoas físicas.....	220
8.1.	O lançamento sintético da renda total das pessoas físicas.....	221
8.2.	O lançamento analítico-contábil das rendas de empresa	224
8.3.	O lançamento “padronizado” mediante estudos de setor	225
8.4.	O lançamento indutivo-extracontábil das rendas de empresa	229
9.	O lançamento da interposição fictícia.....	230
10.	O lançamento das obrigações solidárias.....	232
11.	O lançamento parcial.....	236
11.1.	O lançamento integrativo	237
11.2.	O lançamento com adesão	238
11.3.	O lançamento das rendas das sociedades consolidadas.....	241
12.	O lançamento de ofício	242
13.	O aviso de liquidação	242
14.	O ato de recuperação	243
15.	A injunção fiscal	243

Capítulo Onze: **A Elisão**

1.	Elisão e abuso de direito	245
1.1.	Elisão e fraude à lei.....	247
2.	A reclassificação dos negócios elisivos.....	247
3.	As normas com <i>ratio</i> antielisiva	249
4.	As normas expressamente antielisivas.....	251
4.1.	As operações potencialmente elisivas e as suas razões econômicas	255
4.2.	O lançamento dos impostos elididos	258
5.	A jurisprudência e a cláusula geral antielisiva	259
6.	Ausência de sanções	261
7.	A interpelação em matéria de elisão e interposição	261
7.1.	As interpelações para não aplicação	262

Capítulo Doze: **A Arrecadação**

1.	Aspectos gerais	265
2.	A arrecadação dos impostos sobre a renda. A retenção direta.....	267

3.	Os pagamentos diretos.....	267
3.1.	A compensação.....	270
4.	A arrecadação com base nos avisos de lançamento e nas medidas sancionatórias.....	271
5.	A arrecadação por meio de cadastro de devedores.....	272
5.1.	Inscrição no cadastro de devedores com base na declaração. O convite para pagamento.....	274
5.2.	Inscrição no cadastro de devedores com base nos avisos de lançamento.....	275
5.3.	Arrecadação integral em caso de perigo para a arrecadação	277
5.4.	Título de pagamento e intimação para cumprimento.....	277
5.5.	Vencimento do pagamento e parcelamento.....	279
6.	Juros e ágio.....	279
7.	Natureza jurídica e efeitos do cadastro de devedores.....	280
8.	A suspensão administrativa do cadastro de devedores	282
9.	A arrecadação do imposto de registro	283
9.1.	Arrecadação de outros impostos indiretos	284
10.	A arrecadação dos tributos no exterior	284
11.	Privilégios e garantias	285
11.1.	Hipoteca, sequestro e embargo administrativo.....	286
12.	Responsabilidade de liquidantes, administradores e sócios	289
13.	A transação fiscal.....	290
14.	A execução forçada.....	291
14.1.	Litígios executivos	293

Capítulo Treze: **As Restituições**

1.	As restituições por indébito.....	295
2.	Tutela do direito à restituição. A fase administrativa.....	297
2.1.	A restituição das retenções diretas e dos pagamentos diretos	298
2.2.	A restituição de somas arrecadadas mediante cadastro de devedores	299
2.3.	A restituição de impostos indiretos	301
2.4.	O prazo residual bienal	302
2.5.	A restituição de ofício.....	302
3.	Os créditos de declaração	303
3.1.	A restituição de ofício dos créditos de declaração	305
4.	Juros por atraso de restituição	305

QUARTA PARTE: **AS SANÇÕES**

Capítulo Catorze: **As Sanções Administrativas**

1.	A distinção entre ilícitos administrativos e ilícitos penais.....	309
----	---	-----

2.	Os modelos sancionatórios administrativos	310
2.1.	Os princípios gerais das sanções administrativas	311
3.	Sanção pecuniária e sanções acessórias.....	313
4.	Concurso, progressão, continuação e reincidência	313
5.	Os responsáveis solidários pelo pagamento da sanção.....	317
5.1.	A responsabilidade solidária do cessionário de fundo de comércio	318
5.2.	Concurso de pessoas. Responsabilidade do profissional e autor mediato	318
6.	As causas de não punibilidade	319
7.	Os procedimentos aplicativos das sanções administrativas	321
8.	Extinção do ilícito mediante liquidação voluntária	322
8.1.	Extinção do ilícito e extinção da sanção administrativa	322
9.	Visão geral dos fatos geradores individuais de ilícito e das sanções individuais.....	324

Capítulo Quinze: **As Sanções Penais**

1.	As normas penais em matéria de impostos sobre renda e Iva.....	325
2.	A declaração fraudulenta	326
2.1.	A declaração inexata	328
2.2.	A declaração omissa	329
2.3.	A avaliação estimativa	329
3.	As faturas relativas a operações inexistentes.....	330
4.	Ocultação ou destruição de documentos contábeis	331
5.	Subtração fraudulenta do pagamento do imposto	332
6.	Omissão de pagamento do Iva e de retenções declaradas; compensação indevida	332
7.	As penas. Causas atenuantes e dirimentes.....	333
7.1.	O confisco por equivalente	334
8.	Código Penal e crimes tributários. A prescrição	335
9.	Relações entre sanções administrativas e penais. O princípio da especialidade.....	336
10.	Relações entre processo penal e processo tributário.....	337

QUINTA PARTE: A TUTELA

Capítulo Dezesseis: **O Processo**

Primeira Seção: O primeiro grau

1.	A jurisdição e as comissões tributárias	343
----	---	-----

1.1.	A jurisdição da AGO [Autoridade Judiciária Comum] e do juiz administrativo	345
2.	As partes e a defesa técnica	347
2.1.	O processo com pluralidade de partes.....	347
3.	As ações disponíveis	349
3.1.	Os atos impugnáveis	350
4.	O recurso	354
4.1.	A tramitação processual	356
5.	A suspensão cautelar	359
6.	Suspensão, interrupção e extinção do processo.....	360
6.1.	A conciliação.....	363

Segunda Seção: As medidas

7.	Tipologia das medidas	365
8.	A instrução probatória	366
8.1.	As provas excluídas.....	369
8.2.	As provas admitidas.....	371
9.	O ônus da prova.....	374
10.	As questões prejudiciais.....	376
11.	A inobservância dos regulamentos e dos atos gerais	376
12.	Tipologia das sentenças	377
12.1.	A coisa julgada.....	379
12.2.	A decisão judicial em caso de solidariedade	381
13.	A condenação em custas.....	383
14.	Execução e cumprimento.....	383

Terceira Seção: As impugnações

15.	As impugnações em geral	387
16.	A apelação	388
16.1.	O objeto do processo de apelação.....	389
16.2.	As sentenças de apelação	390
17.	O processo de cassação.....	391
17.1.	O processo de devolução.....	393
18.	A revogação	394